



JOURNAL OF  
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

### José Alexandre Altahyde Hage

Curso de Relações Internacionais,  
Universidade Federal de São Paulo,  
Osasco, SP, Brazil  
(alexandrehage@hotmail.com).



ORCID ID:  
[orcid.org/0000-0002-7487-489X](http://orcid.org/0000-0002-7487-489X)

### Lucas De Marco Fernandes

Curso de Relações Internacionais,  
Universidade Federal de São Paulo,  
Osasco, SP, Brazil  
(alexandrehage@hotmail.com).

#### Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



# Alguns aspectos conceituais da geopolítica: breve investigação entre o clássico e o moderno no pensamento geopolítico

Some conceptual geopolitical aspects:  
a short inquiry into the classical and the modern  
in geopolitical thought

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e17006>

Meridiano 47, 17: e17006, 2016

## Resumo

A intenção dos autores neste ensaio é apresentar algumas formas de conceituar a geopolítica em seu aspecto acadêmico e prático, no âmbito do Estado. Citando autores diversos no tempo e no espaço, tenciona-se oferecer, com este texto, uma contribuição conceitual para aqueles que se interessam pelos estudos de geopolítica e suas aplicações em variadas formas.

## Abstract

This essay is focused on the presentation of the various ways of conceptualizing geopolitics in its academic and practical aspects, within the framework of the State. Recurring the different authors, both in time and space, this work pretends to offer a methodical and conceptual contribution to those who engage in geopolitical studies

**Palavras-chave:** Teoria das Relações Internacionais; Teoria Geopolítica; Poder Político  
**Keywords:** International Relations Theory; Geopolitical Theory; Power Politics

**Recebido:** 15 de fevereiro de 2016

**Aceito:** 15 de março de 2016

## Introdução

Ação estatal deflagrada por autointeresse, segurança nacional, planejamento estratégico e outros componentes análogos são elementos que dão substância ao rol doutrinário do chamado realismo político, vertente consagrada no âmbito das Relações Internacionais, desde as primeiras décadas do século XX. Dessa forma, o presente ensaio se compromete a explicar, a partir de teorias e subsídios

históricos, as matizes e os entendimentos acerca de uma ramificação específica, a geopolítica, que se detém, a cuidar destes temas.

A geopolítica, em suas acepções mais rudimentares, quase que de modo intuitivo, remete-nos à ilustração de um cenário conflituoso, tensionado por razões de ordem natural. Respaladas pela geografia, tais razões podem ser subdivididas em duas categorias: a captação de recursos escassos e a expansão territorial, sendo esta motivada por questões de conquista, ou até mesmo por condições geográficas mais favoráveis, no que diz respeito, por exemplo, a itens como clima, topografia, e relevo. Elucidaremos, ao longo deste texto, as formas nas quais estes anseios se enquadram, seja pela visão doméstica, ou internacional, estando ambas amparadas pelo conceito de equilíbrio de poder.

Nesse sentido, no início do século passado, advogando pela importância da estratégia territorial, Halford Mackinder já enunciava a teoria geopolítica do *poder terrestre*, a qual se assentava em uma necessidade imperativa do controle continental, tendo como exemplo famoso o domínio do *Heartland*, isto é, a porção centro-norte da Eurásia, responsável por afugentar a tradicional concepção eurocêntrica, que se disseminava desde a publicação da projeção de Mercator, no ano de 1569 (MELLO, 1994: 56). Em linhas gerais, a região eurásiana possuía riquezas naturais que poderiam credenciar o país que as detivessem como grande potência mundial. Além disso, outro ponto favorável era o fato de que possíveis ataques oriundos das águas oceânicas eram impossibilitados, posto que, nos extremos setentrionais deste *Heartland*, encontrava-se o Mar Ártico.

Parcialmente derrotada, em virtude dos acontecimentos da I e II Guerras Mundiais – que mesclaram uniões entre Estados com vocação marítima aos de realidade terrestre, a exemplo da aliança anglo-russa, em 1907, posteriormente estendida à França – tese do renomado professor britânico se mostrou incompleta, à proporção que negligenciou o caráter anfíbio que poderia dar nova roupagem a esse conceito estratégico. Na prática, isso efetivamente viria a suceder, em forma de construções estratégicas paulatinas que possuem verificação até os dias de hoje. Os Estados Unidos, ao ampliarem suas fronteiras, nas suas zonas limítrofes; e, conseqüentemente, ao viabilizar saídas para dois oceanos, Atlântico e Pacífico, durante os séculos XIX e XX, exemplificam essa afirmação.

Como discutiremos a seguir, a geopolítica não se restringirá tão somente a esse seleto grupo de Estados, denominados “potências” – a despeito do que um raciocínio breve poderia nos levar a crer – mas também se estende ao âmbito dos Estados emergentes. Para citar brevemente o caso brasileiro, recorreremos às teses do maior expoente nacional da área Golbery do Couto e Silva, membro da Escola Superior de Guerra e teórico da Política de Segurança Nacional, executada durante o Regime Militar.

No entendimento do autor, em consonância com as disposições iniciais deste ensaio, são determinantes para asseverar categoricamente o destino de uma nação suas condições geográficas, e seu posterior comportamento torna-se fruto da influência do país mais forte militar e economicamente na região, neste caso, os próprios Estados Unidos (ALVES, 2005: 55).

Ao atuar como um líder regional o Brasil tinha suas virtudes naturais cimentadas em fatores geopolíticos mensuráveis, como a abundância em *comoddities*, com destaque aos minérios; sua extensão litorânea privilegiada de direto acesso à costa africana; e outros fatores, como número de habitantes. Mesmo reconhecendo sua posição quicá subalterna diante do Norte, na visão militar da época,

o País possuía condições de realizar barganhas, em decorrência dos elementos acima listados, em uma lógica de soberania nacional (ALVES, 2005:56).

O presente estudo discorrerá sobre os atores elementares da geopolítica, fundamentalmente, o Estado; as conceituações correlatas que dão sustento às suas ações; e, finalmente, as distintas interpretações que dizem respeito à epistemologia da matéria, inserindo esta em um patamar que lhe confere capítulo próprio no campo das ciências sociais aplicadas. Nosso propósito é procurar versar o que a geopolítica pode ser, conceitualmente, e o desdobramento que esse instrumento pode apresentar na realidade da política internacional, pela importância do território, dos insumos naturais e do planejamento estratégico. Desta forma, adiantamos que o texto não tem pretensão de avançar no assunto.

## Aspectos Conceituais da Geopolítica

O conceito de geopolítica é utilizado na política internacional da mesma forma que na política doméstica. Só que, na relação entre países, ele é bem mais evocado em virtude de disputas que, historicamente, as unidades políticas fazem por causa de bens econômicos finitos – algumas matérias-primas que atribuem valor estratégico aos territórios onde são exploradas. Disputas internas entre as partes constituintes do Estado, unidades federadas, províncias..., dependendo da intensidade do conflito, transformaram-se em guerra civil. Talvez o exemplo mais evidente seja o agrupamento energético petróleo e gás natural, à primeira vista, mas sendo acompanhado por insumos que, de igual modo, podem provocar lutas. Aqui, emerge a água, urânio e demais minerais raros.

Estudioso influenciado pela concepção germânica de geopolítica, Kjellen, autor de *A Geopolítica Geral do Brasil*, expressa o conceito: “*Geopolítica*, estudo dos fenômenos políticos influenciados pelo solo, ou seja, pelo país organizado (Reich), subdivido em: 1 – *Topografia* (Laje), política oriunda da situação geográfica. 2 – *Morfopolítica* ou política do território, isto é, do espaço (Raum). 3 – *Fisiopolítica* ou política do domínio, isto é, daquilo que o território encerra em riquezas naturais exploráveis” (BACKHEUSER, 1952: 39). Esta explicação não é unitária nem esgota a compreensão; é somente uma ajuda para relacionar Estado, território e riquezas conforme os exemplos abaixo.

Insumo geograficamente concentrado no Oriente Médio e adjacências, ainda que possa haver importantes descobertas em outras regiões, como o *Pré-Sal* brasileiro, o petróleo já apareceria no final do século XIX na condição de elemento “explosivo” para a política internacional. O motivo mais elevado para isso é seu emprego como meio para manter características atuais da moderna civilização e do capitalismo industrial: contínuo consumo, base de sustentação da economia de massas, e o princípio do pleno emprego, tão caro à economia mundial após 1945 (YERGIN, 1994: xv). Mesmo não ignorando as crises do sistema produtivo e os esforços de renovação tecnológica sobre a energia, as atuais feições da geopolítica do petróleo devem ainda perdurar por tempo suficiente para mais conflitos.

Teor geopolítico também pode ser atribuído a algumas áreas geográficas onde residem peculiaridades especiais, novamente estratégicas, para um grupo de países que necessitam defendê-las; conquistá-las ou administrá-las em conjunto por meio de organizações internacionais. Os exemplos são largos. Só para ficar no século XX, o célebre *Big Game* – a concorrência entre os impérios britânico e russo, depois soviético, sobre o aproveitamento de mares quentes do Mediterrâneo, sobre os quais Moscou procurava sair com seus navios de guerra, – é recordada. Trancada em enormes áreas gélidas, impróprias para navegação de superfície, a Rússia czarista e soviética (até 1945) se ressentia por não ter poderosa armada pela falta de portos ajustados às suas necessidades.

Enquanto o Império Britânico demonstrou poder suficiente, uma de suas funções mais relevantes para o equilíbrio mundial foi barrar a descida russa para o trecho de Dardanelos e capturar Turquia e Grécia como seus satélites. Nesse momento, ascende o gabinete de Benjamin Disraeli cujo feito maior, nas questões internacionais, foi fazer que Londres impedisse a vontade do Kremlin de constituir ameaças à preeminência britânica nos mares. Fechada em seu “eterno inverno”, a Rússia não seria ameaça ao poder naval britânico. Porém, no clima da Primeira Guerra Mundial, a zona dos Dardanelos, bem como a participação da Turquia a favor da Alemanha imperial, voltaria à tona nos enfrentamentos entre os aliados e as potências centrais que desejavam dominar o Mediterrâneo.

Concorrente britânico até 1914, o império russo se transformava em aliado a partir do instante em que tentava bloquear as forças alemãs na dominação da Turquia e se apoderar de seus lugares estratégicos, não somente para a marinha de guerra, mas também para toda a navegação que tivesse de atravessar aquelas águas. Na leitura de Henry Morgenthau, a tomada do antigo Império Otomano era a razão primordial da Primeira Guerra, dando a entender que quem passasse pela *Sublime Porta* teria condições de adquirir enormes vantagens para a finalização da guerra. A partir desse ponto, Reino Unido e Rússia procuraram barrar a Alemanha naquela conquista (MORGENTHAU, 2010: 16).

Regiões administradas por meio de organizações internacionais são aquelas cujo *status*, internacional ou de condomínio, é fruto de conflitos armados inconclusos ou impasses diplomáticos. Não seria crível vislumbrar áreas, sob disputas, que se tornassem francamente “internacionalizadas” a partir da anuência dos países interessados na questão. Se há regiões administradas em condomínio, é porque os riscos político-militares continuam insuportáveis em determinada situação. Sobre este tema, Aron cita o território do Sarre, que fora administrado pelos governos francês e alemão, em 1951.

Situado na área fronteira franco-alemã e com histórico de enfrentamento bélico desde o século XIX, o Sarre havia passado pelos tratados de paz após 1945, mas sem obter resultado satisfatório na delimitação territorial. Aquecido politicamente a ponto de provocar mais uma guerra entre as duas potências, o Sarre passou a ser administrado em conjunto, entre Paris e Bonn, como meio de evitar a escalada de conflitos. Sendo este local rico em carvão mineral e tradicional produtor de aço, os estadistas pensaram na pertinência do condomínio. Com objetivo alcançado, utilizou-se o modelo adotado para a criação da moderna integração regional, por evolução do Tratado do Carvão e do Aço, de 1952 (ARON, 1986: 576).

As passagens expostas acima são convencionalmente ditas como integrantes da geopolítica, e suas preocupações com as questões internacionais, sobretudo com as disputas sobre bens finitos e

estratégicos. Mas há preocupações voltadas para dentro do Estado, domésticas, que, de igual modo, são pertinentes à geopolítica. O continente americano é pródigo no oferecimento de exemplos. A unificação do território denominado Estados Unidos da América é parte de preocupações em que o ponto primordial era a integração de toda a área em questão, de forma que o poder central pudesse aproveitar as boas condições geográficas, como a utilização das duas costas: atlântica e do Pacífico.

De alguma forma, a situação brasileira não seria distinta da norte-americana, na qual havia a necessidade de se fazer a integração nacional, a distribuição demográfica e a econômica, com vistas ao desenvolvimento relativamente homogêneo do Estado. Tal busca era encontrada na diplomacia de Rio Branco, com as questões do Acre e do Amapá, e no período do regime militar em que a geopolítica dava sinais de ser ferramenta conveniente para fazer que o Brasil tivesse comunicações e infraestruturas de alto nível, suficientes para permitir a segurança nacional perante ameaças externas e domésticas (MELLO, 1997: 225). Tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil, haveria um tipo de lei natural que justificasse a expansão e integração interna a partir de centros originais dinâmicos. Eis o *Destino Manifesto* que no norte partiu das Treze Colônias e, no Sul, de São Paulo.

Desta forma, fica patente que a geopolítica tradicionalmente é instrumento de análise e de ação estatal. Embora possa ser redundante frisar, ela é componente do poder político, do Estado. Spykman havia opinado sobre o que vinha a ser geopolítica nos anos 1930: um modo de ajudar com planejamento estratégico e na formulação de segurança à qualidade da unidade política (SPYKMAN, *apud* MELLO, 1999: 74). Todavia, a explicação do professor de Yale também não está só no campo das conceituações. Ela pode ser reinterpretada conforme as circunstâncias. Contudo, há quem não veja facilidade em se conceituar a disciplina, justamente pela sua mobilidade de significados.

Quem se encontra nesse lado é Jonathan Haslam, para quem a geopolítica muda de compreensão quando compara seu emprego na Alemanha bismarkiana e nazista com outras aplicações. Por volta de 1880, uma das funções geopolíticas do II Reich seria encontrar meios para alimentar mais de 50 milhões de habitantes em um território médio, sem condições geográficas para dar safras generosas. Partindo da leitura de Ratzel, um *intelectual orgânico* de Bismark, Haslam veria a geopolítica como sinônimo de expansionismo, de política *pangermanista*, em que Berlim teria direito à anexação de terras pouco utilizadas tanto no leste da Europa, quanto no além-mar, na corrida pela colonização. Lembra-se que isso foi feito por meio do Congresso de Berlim, em 1885, dando à Alemanha o “direito” de colonizar na África os atuais países Namíbia e Camarões.

Com referência à Grã-Bretanha, a geopolítica não seria tanto a justificativa intelectual para o expansionismo, mas sim um artifício para manter a balança do poder mundial ao projetar seu poder naval contra outros projetos nacionais: da Rússia, da Alemanha ou do Japão. E, a partir desse equilíbrio estratégico, angariar outra vantagem, a preeminência do Império Britânico na economia internacional como o núcleo regulador das finanças globais. Isto porque economia, finanças, poder naval e balança comercial seriam componentes geopolíticos, visto que resultariam da correlação de forças entre as potências (HASLAM, 2006: 276).

No nível mais largo, a geopolítica é desdobramento do pensamento clássico europeu, que se espalhou por todo o mundo por causa da peculiaridade que a Europa possui há séculos, a de ser a

impulsora da colonização, das *Descobertas*, que levaria seu capital político-cultural para as posses ultramarinas. Concepção encontrada, com poucas variações, na Índia, na África do Sul e no Brasil, a geopolítica não deixa de ser um dos desfechos da colonização e da preeminência intelectual do *Velho Mundo*, sobretudo, quando se observa que as independências nacionais nos séculos XIX e XX não anularam o anterior sistema europeu de Estados. Ao contrário, a existência dos novos Estados o reforçou, tornando-o global justamente ao adotar sua maneira de ver o mundo. Em parte, é o que pensa Fernand Braudel com a exportação do capitalismo, procurando fazer do hemisfério sul, isto é, dos países pobres, um tipo de apêndice das ex-metrópoles (BRAUDEL, 1985: 21).

Assim, se a geopolítica é a inteligência do poder político, ela poderia ser também interpretada como a *razão de Estado*, a licença que o ente político usaria para buscar os objetivos prementes da segurança nacional e internacional, sempre tendo em vista a premissa de que, entre as esferas interna e externa, a linha divisória é tênue, no que tange ao equilíbrio político e econômico. Razão de Estado, ou inteligência, ligada ao espaço à geopolítica, deve ser intimamente relacionada ao planejamento estratégico. Com André Beaufre, dessa imbricação a serviço do poder resulta a *Grande Estratégia* para o bom posicionamento do Estado na esfera internacional; adaptada para uma realidade de disputas (BEAUFRE, 2002: 36). Por conseguinte, Aron percebe o termo deste modo no âmbito da geopolítica:

“Chamemos de *estratégia* (itálico do autor) o comportamento relacionado com o conjunto das operações militares, e de diplomacia à condução do intercâmbio com outras unidades políticas. Tanto a estratégia quanto a diplomacia estarão subordinadas à política, isto é, à concepção que a coletividade, ou aqueles que assumem a responsabilidade pela vida coletiva, fazem do ‘interesse nacional’” (ARON, 1986: 72).

Geopolítica e planejamento estratégico formam a combinação que, conceitualmente, prepara o Estado para se manter da melhor forma possível no sistema internacional, cuja marca é a desigualdade de poder entre as unidades. Não ignorando avanços tecnológicos que perpassam pela histórica recente – informática, eletrônica, robótica, etc – a plataforma pela qual a geopolítica ainda se sustenta é a relação entre o poder político com o espaço. Aliás, como sustenta Bertha Becker, a era da globalização só fez aumentar a relevância do espaço quando estão em jogo bens finitos e conflitantes. A tecnologia não dispensou os recursos naturais pelo fato de eles não terem valor agregado, como se quer uma interpretação da economia liberal; ela apenas reposicionou, depois de hiato de tempo, a utilização de certos insumos para a indústria mundial (BECKER, 2006: 34).

Neste aspecto, formular planos de ação, vislumbrando cenários diversos, tem sido papel crucial do pensamento estratégico. Constituir hipóteses divergentes é função primordial para a composição geopolítica, sobretudo quando se trata de países que guardam importância mediana – potências regionais – que, em virtude de suas peculiaridades políticas e econômicas, necessitam de projetos mais bem cuidados em comparação às grandes potências tradicionais, com projeções de poder mais bem postos no sistema internacional.

Cenários divergentes, hipotéticos, querem dizer a projeção de possíveis acontecimentos que podem comprometer a consecução do Estado e seu equilíbrio. A intimidade entre a geopolítica e os

operadores do planejamento estratégico surge na capacidade de oferecer ao Estado as ferramentas para impedir que acontecimentos negativos, caso existam, tenham efeitos deletérios. A importância dos planos governamentais reside no fato de procurar sanar questões que poderiam ser comprometedoras. Caso elas ganhem vida, o poder político teria condições de resistir aos possíveis efeitos negativos.

Eis o motivo da parceria, na melhor forma possível, entre o militar, o político e o diplomático. A estratégia não é somente o uso da inteligência do Estado, na conformação de planos e ações; ela é também tudo aquilo cuja dificuldade de manutenção e aquisição pode comprometer a segurança da unidade política. Ainda que seja uso de lugar-comum, a função da geopolítica é indicar quais os fatores e itens urgentes têm de ser resguardados, sem os quais conflitos de grande envergadura podem perturbar a vida nacional (HAGE, 2007: 53).

Na esfera dos debates filosóficos, ao estilo de Karl Popper, geopolítica não é ciência da mesma forma que se atribui este termo à física. Não há leis impessoais que regem a natureza política, uma vez que a ação do *Político*, do homem devotado ao Estado, como prefere Julien Freund, não se limite a regras consagradas, mas sim com o compromisso da estabilidade do poder, como parte de um projeto de nação, conforme diz esse weberiano. (FREUND, 2004). E, por que não dizer com a busca de grandeza do Estado? Por isso, na política, o papel da geopolítica, e do planejamento governamental, ambos componentes da grande estratégia, é contribuir para antever possíveis crises no futuro próximo.

Crises e impasses que podem residir, por exemplo, na competição ou busca conflitante por insumos naturais, por conveniências geográficas ou por eficiência logística. Na primeira assertiva, não haveria por que demorar nas questões de certas matérias-primas de importância mundial para a economia. A segunda pode dizer respeito ao Brasil, que procura diversificar contatos comerciais (geopolíticos, na visão de Haslam) no leste asiático e sua porção economicamente mais dinâmica, com a China continental à primeira vista. Por isso, é notória a emergência brasileira com vistas à rota do Pacífico, desde a Primeira República, ligando o Sudeste do país aos portos de Peru e Chile.

Dentro de uma concepção tradicional, não há geopolítica se não houver Estado nacional, unidade política. Isto porque, contando com a explicação clássica, a serventia desse saber só tem expressão no auxílio à elite governamental, como “conselheira do príncipe”. Continuando no âmbito do poder político, a geopolítica não deve se desvencilhar de outros ramos, cujas preocupações também devem ser contempladas na conformação de um bloco de questões. Vale dizer, itens relacionados à economia nacional e internacional, ao meio-ambiente, ao bom aproveitamento do território, etc, também devem ser considerados, pela geopolítica e por sua expressão racional, a estratégia.

A posição do Estado neste campo foi analisada amplamente de várias formas e pelas mais proeminentes ideologias. No raciocínio aqui empregado, o Estado não se filia à versão marxista, chamada ortodoxa, em que haveria o domínio do ente político pelas classes dominantes, sinteticamente, a burguesia e suas agregadas que fariam dos poderes públicos suas expressões de vontade. Embora não seja tarefa fácil falar de marxismo, visto que sua produção e variantes intelectuais são imensas, contudo, torna-se crível dizer que haveria quem procurasse se diversificar da premissa consagrada acima.

Idealmente, uma vez que o Estado se estabelece e começa a controlar seu território, delimitado por fronteiras, fluxos econômicos, políticos e culturais, ele passa a procurar meios de se legitimar

perante seus homônimos que se reconhecem como iguais perante uma codificação político-jurídica que não lhe nega soberania sobre o território. Vale dizer, as unidades políticas, na preferência de Aron, são polos de poder que se conflitam por elementos mensuráveis, cooperam em prol de um bem comum e não deixam de se filiar a normas de comportamento que podem ser fomentadas pelo patrimônio diplomático.

A explicação weberiana de Estado se aproxima mais dos propósitos deste ensaio. Weber não afirma que o poder público paira acima da sociedade e a domina. Porém, deixa margem para pensar se o Estado não seria o ente regulador e dono de certa autonomia que, por isso mesmo, teria condições de não se prender a particularismos sociais. Em passagem famosa de *Ciência e Política*, Weber opina ser o Estado a construção na qual haveria o monopólio legítimo da violência (WEBER, 1982: 98). Neste particular, há como imaginar que o poder de violência não seria interpretado diretamente como constrangimento, de fazer cumprir leis, mas de chamar para si responsabilidades em face dos constrangimentos que o Estado pode sofrer doméstica e internacionalmente.

Dentre as responsabilidades mais prementes, estão a de tributar o cidadão, convocá-los para o serviço militar e, por conseguinte, declarar guerra e exercer regulação diplomática. A relativa autonomia estatal, dando certo grau de movimentação à burocracia específica, treinada e selecionada, é algo que não desconhece a função da geopolítica, de conceber imagens sobre uma arena internacional em que a norma é o conflito. Em estudo sobre a evolução do modelo europeu de Estado, Charles Tilly ajuíza que a burocracia:

“Constrói uma infraestrutura de tributação, abastecimento e administração que requer uma manutenção própria e muitas vezes cresce mais depressa que os exércitos e marinhas para cujo serviço foi instituída; aqueles que administram a infraestrutura adquirem poder e interesses próprios; seus interesses e poder limitam consideravelmente o caráter e a intensidade da guerra que qualquer estado particular pode empreender” (TILLY, 1996: 69).

Há cientistas sociais que pensam ser a geopolítica um serviço ideológico a favor do pensamento de extrema-direita, da ideologia nazifascista e sua busca do *espaço vital* à maneira de Ratzel e Kjellen. A razão para isso é que a Alemanha hitlerista procurou demonstrar grande atenção para com os temas geopolíticos, resultando daí a fundação do Instituto de Geopolítica de Munique, cujo responsável pelos estudos era o general-geógrafo Karl Haushofer. No olhar dos críticos, haveria o germe do expansionismo alemão em detrimento dos países menores, sobretudo os da Europa Central e Oriental (SODRÉ, 1989: 55). Por outro lado, não é de compreensão automática a relação entre o general e o líder nazista.

Apesar das revelações de atrocidades gerais do período, há quem prefira dizer que Haushofer tenha sido mais intelectual que político (a exemplo de Carl Schmitt); portanto, a necessidade de relativizar seu papel no III Reich existia, uma vez que havia conflitos entre ambos sobre a função da geopolítica alemã (MELLO, 1999: 77). A invasão da União Soviética, em 1941, por exemplo, seria um dos motivos de desentendimento, que dava ao geógrafo possibilidade de obter pena menor dos Aliados em 1946, por ter sido mais um espectador que responsável.

Ao menos, pode-se dizer que a geopolítica se identifica com o contexto nacional de alguns países em via de afirmação como potência. Ela cumpriria função nacionalista com objetivo de convergir políticas de controle espacial, de delimitação de fronteiras e extração econômica. Mais uma vez, a Alemanha Guilhermina aparece como exemplo, já que sua unificação se deu de forma tardia, em 1871, e necessitava de legitimidade política para consolidar o enunciado acima e cumprir a expansão imperial (MORAES, 2005: 108). Entretanto, a manifestação exposta não seria natural somente à Alemanha; ela marcaria o cotidiano de outros países em consolidação, Brasil, Estados Unidos e Rússia.

Pelo sim, pelo não, o uso do pensamento geopolítico na Alemanha nazista levou a disciplina a um período sabático durante os anos 1950 a 1970. Tanto os Estados Unidos quanto a Europa Ocidental procuraram estudar geografia, essa sim com componentes científicos e racionais, ao invés da geopolítica, ora vista como entidade diabólica, com resultados maléficos para todos. Não que faltassem problemas e interesses de teor geopolíticos, que não envolvessem implicações do poder no espaço. Havia bastante, por causa da Guerra Fria e da corrida armamentista que dividia o mundo em zonas de influência, Leste e Oeste. (COSTA, 2008: 93).

Yves Lacoste havia percebido a separação entre geografia e os assuntos de poder que os sensibilizados estudiosos faziam nos anos 1970. O autor compreendia os motivos para isso, mas não deixava de alertar para efeitos colaterais que poderiam resultar dessa postura. A geografia política que se exercia podia bem dar conta de algumas questões, como indicar meios mais pertinentes de divisão territorial dentro de um determinado país ou canais e corredores voltados à produção industrial e agrícola. Mas, em um sistema de Estados, em que o conflito está na ordem do dia, não havendo naquele momento resolução para problemas antigos, a geopolítica teria de ser mais bem considerada pelos políticos e cientistas sociais.

Seria a geopolítica um instrumento da direita? Em virtude de sua formação marxista, Lacoste não hesita em dizer que sim. Na Europa Ocidental (que deve ser exemplo universal), a geopolítica tem sido instrumento privilegiado dos Estados-Maiores e dos interessados em política e economia internacionais. No fundo, agem em nome da pátria, ainda que venham a angariar vantagens em países compensadores para a maximização do capital (LACOSTE, 1989: 31). O militar não está a serviço do capitalismo europeu, mas os canais internacionais que ele abre são atraentes, especialmente em áreas de menor concorrência.

A apatia que a geografia, como disciplina escolar, passou a ter em meio à Guerra Fria poderia ser explicada, em parte, pela adoção de versão branda e despreocupada com as grandes questões políticas que se aproximassem também da estratégia. O resgate da geopolítica seria congruente para compreender a dinâmica da política internacional, sem pecar pela “inocência”. Países ricos e pobres, socialistas e capitalistas, grandes potências, hemisférios norte e sul, são categorias políticas, que não negligenciam aspectos do poder. Ignorar a geopolítica talvez não fosse a atitude mais correta, mesmo para aqueles que dedicassem seus melhores trabalhos para a tão desejada transformação político-social.

Com a despressurização que a Guerra Fria passou a demonstrar nos anos 1970 e 1980, ficou claro que a geopolítica na condição de ferramenta do Estado não se filiava tão amplamente a ideologias, conforme se pregava. Os Estados Unidos, capitalistas, tinham projeção geopolítica; mas a União

Soviética, supostamente contestadora do sistema internacional, também possuía uma. Tal e qual, a China de Deng Xiaoping e a França de Mitterrand também apresentavam concepção apurada de interesses geopolíticos. Por fim, o Brasil havia desenvolvido uma geopolítica que, considerando os limites, marcou posição.

## Conclusão

Como pudemos depreender, ao longo deste ensaio, a compreensão da geopolítica não goza de unanimidade no que concerne à orientação política de seus usufrutuários (se está restrita à direita, ou não), ao passo que nações, com governos não necessariamente designados na mesma tendência, marcharam rumo à elaboração de estratégias – a aplicação prática da teoria – em diversos momentos históricos, sob os pretextos descritos em nossas considerações iniciais: captação de recursos escassos e expansão territorial, estes sim conceitos imóveis da disciplina.

Por sua vez, a figura do Estado, auto interessado e soberano, igualmente se posta como elemento básico de nossos estudos, seja ele uma potência consagrada ou um país em vias de desenvolvimento – casos que descrevemos de Estados Unidos e Brasil, respectivamente. Tópicos relacionados à elaboração de estratégias, como segurança nacional e poder duro, igualmente são relevantes para o consequente posicionamento de um país perante o sistema internacional.

Trazendo-se o tema para os dias contemporâneos, a geopolítica, vale dizer, imiscui-se à globalização, provando que se mantém vívida e acirrada na constante busca dos Estados por recursos cada vez mais raros, em um cenário marcado pela presença de novas forças, especialmente transnacionais, deixando-se a óptica de planejamento governamental – a antevisão de possíveis crises em um futuro próximo – como algo que entrou em desuso.

## Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento*. In: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Editora da Universidade Sagrado Coração – EDUSC, 2005.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Edunb, 1986.

BACKHEUSER, Everaldo. *A Geopolítica Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1952.

BEAFRE, André. *Introdução à Estratégia*. Lisboa, Edições Silabo, 2002.

BECKER, Bertha. *Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa, Teorema, 1985.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discurso sobre Território e Poder*. São Paulo, Edusp, 2008.

FREUND, Julien. *L'Essence du Politique*. Paris, Deloz, 2004.

HAGE, José Alexandre Althayde. *Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás*. Curitiba, Juruá, 2007.

HASLAM, Jonathan. *A Necessidade é a Maior Virtude: O Pensamento Realista nas Relações Internacionais desde Maquiavel*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

LACOSTE, Yves. *Geografia, isso serve antes de tudo para fazer a Guerra*. Campinas, Papirus, 1989.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Poder Terrestre Revisitada*. São Paulo: Fronteiras, v. 34, 1994.

\_\_\_\_\_; *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

\_\_\_\_\_; *Quem tem Medo da Geopolítica?* São Paulo, Edusp, Hucitec, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2005.

MORGENTHAU, Henry. *A História do Embaixador Morgenthau: O Depoimento Pessoal sobre um dos Maiores Genocídios do Século XX*. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia*. Petrópolis, Vozes, 1989.

WEBER, Max. "Política e Ciência: Duas Vocações". In *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

YERGIN, Daniel. *Petróleo: Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder*. São Pulo, Scritta, 1993.